

# Jornal 97: O impacto da Revolução Russa

12 de março de 2017



Entre a Comuna de Paris de 1871 e a Revolução de 1917, decorreram 46 anos. Nunca, até então, a Europa vivera tantos anos seguidos sem uma grande crise que trouxesse explosões revolucionárias (a Revolução de 1905, na Rússia, e a Revolução Mexicana, que se iniciou em 1911, quase sempre foram considerados eventos que não diziam respeito à realidade europeia). Antes da Comuna, crises com explosões revolucionárias ocorreram nos inícios das décadas de 1820, 1830, em 1848 tivemos a mais generalizada onda revolucionária que a Europa jamais conheceu (isso, até os nossos dias!).

Após 46 anos de ordem burguesa e sem revoluções, a burguesia cantava vitórias e alegava que as explosões revolucionárias haveriam ficado no passado. E os contrarrevolucionários, aparentemente, tinham boas razões para se gabarem. Pois, desde a Revolução Industrial (1776-1830), os capitalistas europeus vinham acumulando um volume de capital como nunca antes na história. E não apenas o volume total do capital se ampliava, como também as leis do mercado ainda se encarregavam de fazer com que o grande capitalista engolissem o pequeno. Ou seja, além de aumentar o volume acumulado, o capital também se concentrava.

## O capitalismo monopolista

Com a crise de 1870-71, essa concentração ganhou uma nova qualidade. Alguns grandes monopólios e cartéis passaram a dominar a economia: teve assim, origem, a fase monopolista do capitalismo.

Do ponto de vista econômico, a grande novidade foi que a mais-valia relativa passa a jogar um peso cada vez maior na reprodução do capital. Já discutimos a mais-valia relativa quando tratamos da aristocracia operária (Jornal Espaço Socialista n. 82) e, por isso, seremos mais que breves: a ampliação relativa da mais-valia ocorre quando o burguês tira do trabalhador maior quantidade de mais-valia por cada centavo que paga de salário. Esse aumento da quantia da mais-valia pode vir de duas fontes: do aumento do patamar tecnológico e melhoria da gerência da força de trabalho ou, então, da queda do valor da força de trabalho. Do ponto de vista do sistema do capital como um todo, uma muito lucrativa forma de diminuir o valor da força de trabalho é industrializar a produção dos meios de consumo do trabalhador. Se a roupa, a comida

etc. do trabalhador se tornam mais baratos porque agora são produzidos em escala industrial, os capitalistas podem destinar aos salários uma menor porção da riqueza produzida, ampliando assim a mais-valia.

Mas há ainda, um outro “efeito colateral” muito favorável aos capitalistas: a própria fabricação dos bens de primeira necessidade gera uma nova fonte de mais-valia. Vejam, o capital se acumula tanto ao reduzir o valor da força de trabalho pela industrialização dos bens de primeira necessidade, quanto ainda a simples produção desses bens gerar uma nova fonte de mais-valia.

Isso lançou o sistema do capital em um ciclo de expansão, com algumas crises passageiras, que vai durar, desde 1871, até o início da Primeira Grande Guerra (1914-18). Aparentemente, as crises cíclicas e os períodos revolucionários teriam sido superados. A história parecia sorrir à burguesia!

## **As bases do reformismo**

Essa aparência era ainda mais forte devido ao que ocorria nas lutas de classe. Também tratamos desse aspecto no artigo acima e, por isso, novamente, seremos muito breves: a participação dos trabalhadores no mercado de consumo é duplamente interessante ao sistema do capital como um todo (pois, como vimos, amplia a mais-valia relativa e ainda gera novas fontes de mais-valia). Com isso, os trabalhadores e operários de maior poder aquisitivo (sobre a diferença entre operários e trabalhadores veja o artigo sobre a Classe Média, no Jornal Espaço Socialista n.85) passaram a ter uma coincidência de interesses com a burguesia: esse setor dos trabalhadores e a burguesia querem que os produtos de primeira necessidade sejam os mais baratos possíveis, pois isso amplia a mais-valia relativa e, ao mesmo tempo, amplia também o poder aquisitivo dos que recebem maiores salários. Para manter baixo o valor dessas mercadorias, todavia, é imprescindível, também manter baixo o salário dos trabalhadores e operários que as produzem. Ou seja, a uma parte dos assalariados passa a ser interessante manter rebaixado o salário da outra parte: o movimento da classe operária e dos trabalhadores conhece a sua primeira grande cisão, de um lado a aristocracia operária, de outro, a maioria da classe operária.

Essa cisão aparecia, também, na nova relação das economias “centrais” com a “periferia” do sistema do capital. Como a exploração da força de trabalho e das fontes de matérias-primas na “periferia” derrubava os preços dos mercados dos países imperialistas, os partidos e sindicatos, quase sem exceção, apoiaram as políticas imperialistas de suas burguesias, alegando, não sem uma razão imediata, que isso corresponderia aos interesses de suas bases. Opera-se, assim, uma cisão entre os trabalhadores e operários da periferia do sistema e os trabalhadores e operários do centro do sistema do capital: estes últimos apoiam a opressão e a exploração dos primeiros por suas respectivas burguesias. Isto, somado à cisão entre a aristocracia operária e o restante da classe nos países centrais, vai ampliando a distância entre os reformistas e os revolucionários.

Vejam, o imperialismo já existia desde as Grandes Navegações do período entre 1450 e 1650. Contudo, essa exploração já secular ganhou uma nova intensidade com o capitalismo monopolista. Não apenas ele necessita de uma quantidade muito maior de matérias-primas a um preço muito mais barato para derrubar ainda mais os preços dos produtos de primeira necessidade, como ainda passa mesmo a produzir alguns produtos industrializados nas antigas

colônias. Por esses dois motivos investimentos, vultuosos começam a ser feitos nos países da periferia na extração de minério, na construção de vias de transporte para escoar as matérias-primas aos portos de exportação etc., o que possibilita uma direta extração de mais-valia dos trabalhadores das antigas colônias.

Essa expansão lançou os países imperialistas numa disputa mundial por fontes de matérias-primas e de força de trabalho barata. A consequência mais imediata foi a Partilha da África Negra. Os capitalistas europeus, sem qualquer cerimônia, disputaram entre si (com guerras inclusive) o controle do continente africano. Os acordos foram feitos na Europa e o continente foi, literalmente, fatiado entre as grandes potências.

## **Aliança da aristocracia operária com os capitalistas**

Foi se desenvolvendo, desta maneira, na segunda metade do século 19 mas, mais intensamente, nas suas três décadas finais, uma aliança do grande capital com aristocracia operária e setores da pequena burguesia. O movimento dos trabalhadores e o movimento revolucionário vão conhecendo uma divisão interna que tende a se aprofundar conforme avançamos no tempo. De um lado, os partidários de uma aliança com a burguesia ao redor de uma política econômica que amplie a industrialização e garanta mercadorias cada vez mais acessíveis à aristocracia operária e seus aliados e, de outro lado, aqueles que defendem a superação do capitalismo pela revolução proletária. A aristocracia operária vai dominando os partidos políticos e os sindicatos, os reformistas e os revolucionários vão se tornando cada vez mais distintos com o passar do tempo. Depois da Primeira Grande Guerra, em larga medida, não mais conviverão nos mesmos partidos.

Contudo, nos anos entre 1870 e 1914, as coisas não haviam ainda chegado a tal ponto. Entre a transição ao capitalismo monopolista e a Primeira Grande Guerra, a prosperidade econômica vinha sendo acompanhada por uma crescente tendência de aliança dos partidos e sindicatos dos trabalhadores e operários com a burguesia e, assim, favorecia a ilusão de que revolução seria algo do passado, de que, no presente e no futuro, os trabalhadores e operários atuariam ao lado da burguesia por uma sociedade “mais justa”. A realidade parecia dar razão às teorias contrarrevolucionárias.

## **A Belle Époque**

Nesse contexto, teóricos e lideranças do movimento operário começam a teorizar que, no novo período histórico, a revolução não apenas estaria superada, como ainda seria um empecilho à transição ao socialismo. Bernstein, por exemplo, argumentava que a “racionalidade” do capital imperialista tornaria impossível uma guerra mundial. Bem poucas semanas antes da eclosão da Primeira Guerra, quando crescia o movimento pacifista entre os intelectuais, trabalhadores e proletários, quando Rosa Luxemburgo e Lenin alertavam cotidianamente para a necessidade de se preparar para converter a guerra imperialista em uma guerra revolucionária, Bernstein pregava que nada disso seria necessário, pois a guerra seria impossível!

Mas não apenas entre os teóricos e intelectuais as ilusões com o capital se avolumavam. Também no interior dos partidos de base operária, essa ilusão crescia. Por um lado, porque a expansão da

economia capitalista em sua nova fase imperialista de fato trazia uma melhoria de vida para uma parcela minoritária, mas importante, dos assalariados. Por outro lado, porque, graças à “pacificação” do movimento sindical e dos partidos de esquerda que optavam por se aliar com a burguesia, vários governos capitalistas passaram a legalizar os sindicatos e os partidos. Na Alemanha, na Inglaterra, na França etc. os antigos partidos revolucionários vão se legalizando, o sufrágio caminhava para se tornar universal e um processo de negociação agora envolve as principais lideranças dos trabalhadores e operários, de um lado, e dos capitalistas de outro.

Outros teorizavam que a revolução proletária teria saído do horizonte porque a própria burguesia estaria em desaparecimento! O argumento é tresloucado, mas de aparência verdadeira. A burguesia, reza o argumento, é a proprietária dos meios de produção. Contudo, no capitalismo monopolista, as empresas são possuídas por um infindável número de acionistas (possuidores das ações vendidas nas bolsas de valores) oriundos de todas as classes sociais, inclusive trabalhadores. A direção das empresas não estaria mais nas mãos da burguesia, mas nas mãos de gerentes e administradores que prestam conta, não a um patrão, mas a um conjunto de acionistas. O que era, antes, propriedade de uma única pessoa ou família, é agora propriedade de muitas pessoas. A burguesia estaria, assim, se dissolvendo no corpo social e, a propriedade privada, estaria se democratizando. Bastaria avançar um pouco mais esse processo para que a burguesia se dissolvesse na sociedade e, assim, passaríamos todos a ser proprietários dos meios de produção: o socialismo! Defendiam, por isso, que os trabalhadores deveriam comprar, com suas míseras poupanças, as ações das empresas de seus patrões, para avançar a transição ao socialismo! Claro, os patrões não protestaram nem um pouco por essa “tomada” pelos trabalhadores de suas propriedades!

Outros, ainda, teorizavam longa e insistentemente que não apenas a burguesia, mas também o proletariado estaria desaparecendo. O argumento é, igualmente, falso, mas tem seu sexy appeal. Diziam que, o proletariado seria aquela classe que não teria nenhuma propriedade a não ser a sua prole. Daí o nome de proletariado. Mas, com o capitalismo monopolista, os trabalhadores participavam do mercado de consumo, possuíam renda e, por isso, tinham uma condição de vida que se aproximaria da classe média. Argumentavam, com base nisso, que a diferença entre os assalariados e os proletários, se ainda existisse, estaria desaparecendo rapidamente: todos os assalariados já seriam, ou seriam em breve, membros de uma mesma e única classe social, a depender do autor, da classe média, da classe dos assalariados, da classe dos trabalhadores etc. A revolução proletária teria saído do horizonte porque a classe proletária já teria desaparecido ou estaria em vias de desaparecer.

No famoso testamento político de Engels, até mesmo o “primeiro violino” mostrou-se permeável a tais influências. Verdade que a versão publicada foi censurada pelos editores que excluíram as passagens em que Engels defendia a necessidade da revolução mesmo para a nova fase do capitalismo. Contudo, mesmo levando isso em consideração, é clara a impressão que o crescimento do movimento sindical legalizado e da quantidade de votos nas eleições dos partidos de base operária teve sobre o último Engels.

As décadas entre a Comuna de Paris e a Revolução Russa foram denominadas pelos historiadores burgueses de Belle Époque, a bela época — e não sem razão. Pois as misérias e as dores das crises cíclicas e dos períodos revolucionários pareciam ser coisa do passado. O futuro

parecia ser um capitalismo cada vez mais humano e justo, com uma participação cada vez mais intensa dos trabalhadores tanto na sociedade, quanto na economia, no governo e na política. Os desenvolvimentos econômico e tecnológico propiciados pelo capital monopolista seriam a garantia de um futuro brilhante para a humanidade. De mais justiça em mais justiça, de eleição em eleição, um dia dormiríamos no capitalismo para acordar, na manhã seguinte, no socialismo.

Se tudo isso fosse, mesmo, verdade, não seria, de fato, uma bela época?

## **A eclosão da Primeira Grande Guerra (1914-18)**

No período logo anterior à eclosão da guerra, acirrou-se a disputa ideológica pelos “coração e as mentes” dos trabalhadores. Do lado da burguesia, organiza-se o Partido da Ordem (Marx, em O 18 Brumário de Luís Bonaparte). Dele faziam parte pensadores influentes e muito reacionários, como, por exemplo, Max Weber (defendia a guerra dizendo que ela purificava a humanidade ao separar os fortes dos fracos!) Outros lamentavam os sofrimentos da guerra, mas a justificavam como necessária para defesa do país e da pátria. Outros, ainda, defendiam a guerra com o argumento que geraria empregos e desenvolveria a economia (um argumento muito presente no movimento sindical alemão desde o final do século 19). Outros, como o exemplo de Bernstein logo acima, defendiam que a nova fase do capitalismo tornava impossível um conflito mundial, portanto organizar a resistência a ela seria pura futilidade.

Do lado revolucionário, poucos, mas importantes teóricos e dirigentes (Rosa, Lenin, Liebknecht, Trotsky) defendiam a necessidade de um combate ideológico contra a guerra. Propunham que, caso ela se iniciasse, ao invés de um trabalhador matar o trabalhador do outro país, o oposto deveria ocorrer. Isto é, os trabalhadores deveriam se unir internacionalmente e empregar suas armas para derrotar a burguesia e fazer a revolução proletária. Sem a superação do capital, sustentavam os revolucionários, a guerra seria inevitável.

Dito e feito!

A guerra tem início inesperadamente. A execução do Arquiduque Ferdinando da Áustria por um revolucionário nacionalista sérvio – um evento não previsto por ninguém – foi o estopim. Os partidos revolucionários, que desde o século 19 se organizavam na II Internacional, haviam, pouco tempo antes, tirado em congresso a estratégia de combater a guerra e, caso ela viesse, defender sua transformação numa guerra revolucionária contra a burguesia. Essa resolução, contudo, revelou-se mero discurso vazio.

Depois de apoiarem o desenvolvimento da indústria bélica, depois de votarem todos os créditos solicitados pelos governos burgueses para preparar a matança (pois, lembremos, gerava empregos), depois de defenderem a guerra “caso o país fosse atacado” – e o que era “ser atacado” nunca ficava claro – nada mais “lógico” que apoiassem a guerra. E assim o fizeram, com o argumento de que os trabalhadores e operários eram majoritariamente favoráveis à guerra e a oposição à guerra jogaria suas bases para os partidos e sindicatos de direita. O argumento tem lá sua ironia: para não perder bases para a direita, se bandeiam para a direita! E, ainda, jogam a culpa dessa traição nos trabalhadores e operários!

Lenin, literalmente desesperado pela traição da II Internacional à causa da paz, denomina a todos os traidores de “sociais-patriotas”. A partir desse ponto, a convivência em um mesmo partido dos sociais-patriotas e dos revolucionários estava no fim.

A II Internacional, então, desapareceu! O que os partidos que apoiam suas respectivas burguesias poderiam, na guerra, fazer em conjunto, articulados? Rigorosamente nada! Lenin, isolado na Suíça, decide estudar a lógica de Hegel para entender O Capital e está convencido de que a revolução é algo distante e que “tudo teria que ser iniciado novamente”, desde a construção de partidos e sindicatos revolucionários em cada país até a reconstrução da Internacional e a reconquista do apoio dos trabalhadores e proletários etc.

Percebam como é a história: em 1914, a humanidade estava muito próxima de assistir à inauguração do período revolucionário mais extenso e mais profundo que jamais conhecemos. Entre 1917 e 1949 (fim da Revolução Chinesa) foram 32 anos de revoluções em todos os continentes que transformaram profundamente o cenário mundial. Contudo, a impressão geral naqueles anos, era que um novo período revolucionário estaria há anos luz de distância! Essa falsa percepção não era apenas uma ilusão vendida pelos ideólogos da burguesia ou pelos aliados da burguesia, mas era também a avaliação de Lenin (ainda que, claro, as consequências que Lenin dela tirava eram muito diferentes, mesmo antagônicas, às conclusões dos burgueses e seus aliados).

Mesmo que muito resumidamente, vale à pena chamar atenção para que os argumentos que, então, eram apresentados para justificar a futilidade ou impossibilidade da revolução proletária não são, hoje, tão estranhos para nós. Afirmavam, então, que a nova qualidade do capitalismo teria tornado impossível a revolução porque proletariado e assalariados teriam se fundido numa única e mesma classe social (em nossos dias, a classe-que-vive-do-trabalho, as teses do infoproletariado, do precariado etc.). Ou então, que o próprio desenvolvimento do capitalismo estaria convertendo a sociedade burguesa em uma sociedade comunista (hoje, Antônio Negri com o “trabalho imaterial”). Ou que, com a expansão e criação de novas tecnologias, o capitalismo já não seria o mesmo e, por isso, a velha proposta da revolução proletária teria ficado para o passado (em nossos dias, Jean Lojkin, do Comitê Central do Partido Comunista Francês, com sua tese sobre a Revolução Informacional e Adam Schaff, e a tese da Sociedade Informática). Ou, também, que com a nova conformação econômica a própria burguesia estaria desaparecendo, sendo por isso desnecessário uma revolução para eliminá-la (atualmente, Negri e Lazzarato, com a tese do Poder Constituinte). A lista comparativa poderia prosseguir longamente...

Essas ideias e concepções ganham força quando a revolução sai da ordem do dia por um período longo de tempo. Foi assim na Belle Époque, tem sido bastante parecido em nossos dias.

## **O inesperado muda tudo!**

Engels dizia que a revolução é um fenômeno social. Acontece. Tal como uma tempestade, dá para prevê-la, mas não é possível dizer onde e quando cairá o primeiro pinga.

A expansão imperialista que acompanhou a passagem ao capitalismo monopolista intensificou a exploração das antigas colônias e da periferia do sistema, a miséria se aprofundou com grande intensidade e foram destruídas estruturas produtivas tradicionais (que por vezes, como no caso da China, do Japão e da Índia, eram milenares). Essas as causas da onda revolucionária que varreria a periferia do sistema do capital entre 1917 e 1949.

Essa vasta onda, pela sua extensão no tempo e dispersão geográfica, inédita na história, tem início com uma manifestação contra a fome das operárias em algumas poucas indústrias em Petrogrado, no dia internacional da mulher! As operárias apenas queriam protestar contra a fome. Talvez entendessem que a causa imediata da fome era a participação da Rússia na Primeira Grande Guerra. E, todavia, estavam fazendo muito mais do que concebiam: estavam iniciando o maior período revolucionário da história.

Em fevereiro, uma manifestação das operárias; em outubro, a tomada do poder pelos revolucionários bolcheviques. Em apenas 10 meses, todas as teses contrarrevolucionárias foram colocadas no chão, todas foram desmentidas: os proletários continuavam a classe revolucionária, o desenvolvimento do capitalismo não enterrara a revolução, o capitalismo não seria superado por nenhum outro meio que não fosse a revolução proletária.

O impacto da Revolução de 1917 foi universal: o movimento operário ganhou um novo impulso praticamente no mundo todo. E o governo dos soviets (dos conselhos) – a República Soviética da Rússia – faz sua inauguração na história como o farol a dirigir a esperança de um mundo que superaria as desumanidades do capital.

A história jamais seria mais a mesma. Excluído o início da crise estrutural do sistema do capital em meados da década de 1970, a Revolução Russa foi o evento mais importante do século 20.

Seu desdobramento, contudo, foi muito distinto do que o previsto pelos bolcheviques em 1917. Como mostram as atas das reuniões do Comitê Central dos bolcheviques, eles estavam divididos entre duas propostas. A primeira, liderada por Lenin e Trotsky, dizia que era preciso tomar o poder, não para fazer o socialismo na Rússia (o atraso do país não permitiria), mas para incendiar a revolução na Europa que, avaliavam, viria com a derrota da Alemanha e o fim da Guerra Mundial. A segunda, liderada por Zinoviev e Kamenev, dizia que a revolução ainda não estava madura na Europa e que, por isso, tomar o poder era uma tática suicida: o governo revolucionário seria massacrado, tal como fora a Comuna de Paris, por uma aliança da contrarrevolução com os camponeses (a ampla maioria da população).

Hoje, tantas décadas depois, é evidente que avaliação sobre as condições para a revolução na Europa de Kamenev e Zinoviev eram mais acertadas que a de Lenin e Trotsky. Por outro lado, é também evidente que os bolcheviques deveriam ter tomado o poder naquelas circunstâncias, pois faziam parte de uma tendência histórica, de uma onda revolucionária, muito maior e mais extensa que a revolução na Rússia.

A se salientar, que as duas propostas, a de Lenin e Trotsky e a Zinoviev e Kamenev, tinham um ponto em comum: a impossibilidade sequer de se iniciar a transição ao socialismo em um país atrasado como a Rússia sem a ajuda da revolução operária na Europa. Esta previsão foi

inteiramente confirmada pela história. O que, por sua vez, apenas confirmou a previsão dos jovens Marx e Engels, em A ideologia alemã. Escreveram eles que, para que a revolução fosse possível, entre outras coisas era imprescindível “um grande aumento das forças produtivas, um grau elevado do seu desenvolvimento (...) porque sem ele a escassez se generaliza e, portanto, com a carência também teria de recomeçar a luta pelo necessário e teria de se produzir de novo toda a velha merda [scheiße] (...)”. (Expressão Popular,2009, pp. 50-51)

As consequências e repercussões mundiais da Revolução Russa continuaram, sabemos todos, para muito além de 1917 e se estendem até os nossos dias. O fato de não ter podido transitar ao socialismo terminou, hoje, sendo uma sua consequência teórica mais importante do que o impulso que deu às revoluções na primeira metade do século 20. A Revolução Russa e o período revolucionário que ela inaugurou mudaram profundamente a face do mundo capitalista e novas questões, assim como novas possibilidades revolucionárias, nos contemplam desde então.

Nos próximos artigos comentaremos algumas dessas questões e possibilidade colocadas pela Revolução Russa e seus desdobramentos.

Enquanto os próximos artigos não chegam: Viva a Revolução de 1917! Stalinismo, nunca mais!